




Observatório da Oposição

29 DE OUTUBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 70



Ministério da Cultura destina R\$ 8,3 Milhões a ONGs de "amigos"

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

1

CULTURA

Página

Ministério da Cultura destina R\$ 8,3 Milhões a ONGs de "amigos"

01

2

ECONOMIA

Arcabouço Fiscal não será capaz de estabilizar a dívida do país em nível sustentável

04

As Justificativas do Ministério da Gestão e Inovação para o Déficit das Estatais

12

3

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Os efeitos da negligência do governo com as agências reguladoras

16

Denúncias de Assédio Moral são "Silenciadas" pelo Governo

21

4

EDUCAÇÃO

Governo Negligencia Política Vigente que Abrange o Pagamento de Bolsa Permanência a Estudantes Universitários, Mirando Estender Política Sob a Mira do TCU

26

5

SAÚDE

A ineficiência do Ministério da Saúde na gestão de imunizantes a serem disponibilizados pelo governo federal no Sistema Único de Saúde – SUS atrelada a falta de dados atualizados

30

6

MEIO AMBIENTE

Invasões no Campo por “Ditos Indígenas” Aumentam em Meio à Inércia do Executivo

33

7

TURISMO

Brasil: Oportunidades Perdidas no Turismo – Planos Ineficazes e Metas Irrealistas Comprometem o Potencial do País

37

8

TRABALHO

Em Nova Tentativa De Fortalecer Sindicatos, Governo Promulga Portaria Que Revoga Autorização Permanente Para Trabalho Em Feriados

42

1 CULTURA

Ministério da Cultura destina R\$ 8,3 Milhões a ONGs de "amigos"

O governo liberou R\$ 8,3 milhões para ONGs ligadas a grupos aliados, em um programa voltado ao incentivo cultural, gerando críticas sobre possíveis favorecimentos políticos. Questiona-se a imparcialidade da ação e a conformidade com a legislação, devido a indícios de que os recursos possam ter sido usados para fortalecer campanhas eleitorais.

Síntese

- O governo Lula liberou R\$ 8,3 milhões para ONGs ligadas ao PT e aliados, dentro do Programa Nacional dos Comitês de Cultura, que visa ampliar o acesso à cultura no Brasil.
- Essa ação é criticada por politizar a cultura, favorecer grupos ligados ao governo e comprometer a imparcialidade nas políticas culturais.
- Além disso, há preocupações sobre a possibilidade de que esses recursos tenham sido utilizados para fortalecer campanhas eleitorais, violando a legislação que regulamenta a administração pública em ano eleitoral.



Análise

- O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou a liberação de R\$ 8,3 milhões para ONGs ligadas a membros do Partido dos Trabalhadores (PT) e aliados, como parte do Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC), lançado em setembro de 2023.
- O total de recursos destinados a investimentos culturais nos anos de 2023 e 2024 é de R\$ 58,8 milhões, conforme anunciado pelo governo federal. A ministra da Cultura, Margareth Menezes, ressaltou que o projeto foi uma iniciativa do presidente Lula.
- O objetivo do PNCC é “ampliar o acesso às políticas públicas de cultura” nos 26 estados e no Distrito Federal. A Secretaria dos Comitês de Cultura (SCC) é responsável pela coordenação do programa e pela seleção das organizações beneficiadas, que, segundo o Ministério da Cultura, foram escolhidas com base em “critérios técnicos” e em um histórico de atuação na área cultural.
- Entre os casos envolvendo ONGs com vínculos com pessoas ligadas ao governo, destacam-se:

ONG	Montante recebido	Vinculação com o governo
Associação Artística Mapato (DF)	2 milhões	O vice-presidente da associação, Yuri Soares Franco, foi secretário de Cultura do PT-DF e atualmente é assessor no Ministério da Cultura. O ministério afirma que Franco não participou do processo de seleção.
Soylocoporti (PR)	R\$ 2,6 milhões	O fundador, João Paulo Mehl, foi candidato a vereador pelo PT em Curitiba, embora tenha alegado que sua candidatura não afetou as atividades da ONG.
Instituto de Articulação de Juventude da Amazônia (AM)	R\$ 2 milhões	Ruan Octávio da Silva Rodrigues, um dos integrantes, foi nomeado coordenador do escritório do Ministério da Cultura no Amazonas após a seleção da ONG, embora o ministério tenha esclarecido que ele saiu da laja antes da nomeação.
Associação Grupo de Teatro Facetas, Mutretas e Outras Histórias (RN)	R\$ 1,7 milhão	Rodrigo Cezar Souza de Macedo, seu fundador, concorreu a vereador pelo PT em Natal e apoia a candidatura de Natália Bonavides à prefeitura.

Fonte: [Poder 360](#).

- Primeiramente, repudiamos a postura do governo de politizar a cultura por meio de incentivos a grupos e entidades que compartilham sua visão política, evidenciando uma tentativa de controlar a narrativa cultural e promover uma agenda ideológica. Essa prática ameaça a diversidade artística e a liberdade de expressão, marginaliza vozes dissidentes e transforma a cultura em uma ferramenta de propaganda, resultando em um empobrecimento cultural que sufoca criatividade e inovação.
- Segundo, reprovamos o favorecimento de grupos e entidades ligadas a membros do governo, que compromete a integridade das políticas culturais e afronta normas brasileiras que asseguram imparcialidade no acesso a recursos públicos. Ao priorizar interesses pessoais e políticos em vez do bem comum, o governo enfraquece a confiança pública nas instituições e perpetua um ciclo de corrupção.
- Terceiro, a gravidade da situação se intensifica diante de indícios de que os recursos possam ter sido, ainda que parcialmente, direcionados ao fortalecimento de campanhas eleitorais. Essa prática pode infringir normas jurídicas que visam assegurar a lisura do processo eleitoral e a correta utilização de recursos públicos, como preveem a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) e o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965).
- O artigo 73 da Lei das Eleições impõe restrições rigorosas à administração pública em ano eleitoral, especialmente quanto à distribuição gratuita de bens e serviços, e ao destinar verbas a ONGs com vínculos políticos, o governo não só pode infringir essa legislação, mas também comprometer a equidade do processo eleitoral, permitindo que essas organizações utilizem os recursos para promover agendas que influenciem a decisão dos eleitores.
- O artigo 30 do Código Eleitoral proíbe explicitamente a utilização de bens e serviços da administração pública para fins eleitorais, e se ONGs vinculadas a partidos políticos usarem esses recursos para apoiar campanhas ou promover eventos, estarão violando as normas eleitorais, comprometendo a integridade das eleições e sujeitando os responsáveis e beneficiados a sanções severas.

2 ECONOMIA

Arcabouço Fiscal não será capaz de estabilizar a dívida do país em nível sustentável

Projeções do FMI mostram que a tendência é que nosso endividamento chegue a quase 100% do PIB em 2029, mostrando a insustentabilidade do arcabouço fiscal. Pelas projeções feitas, o Brasil só teria superávit fiscal a partir de 2027 - no próximo governo.

- Após o FMI [ter piorado a projeção de dívida do país](#), o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que “[A ancoragem das expectativas vai acabar acontecendo. Esse é um ponto de vista, uma convicção muito forte que eu tenho.](#)” Contudo, a tendência observada não é de ancoragem, mas sim de distanciamento cada vez maior do objetivo estabelecido pela Constituição Federal e pelo arcabouço fiscal de se estabilizar a dívida pública em níveis sustentáveis.
- Por essa razão, esta nota se dedica a analisar a dívida pública brasileira, esclarecendo os problemas atuais e comparando o país com outras nações.

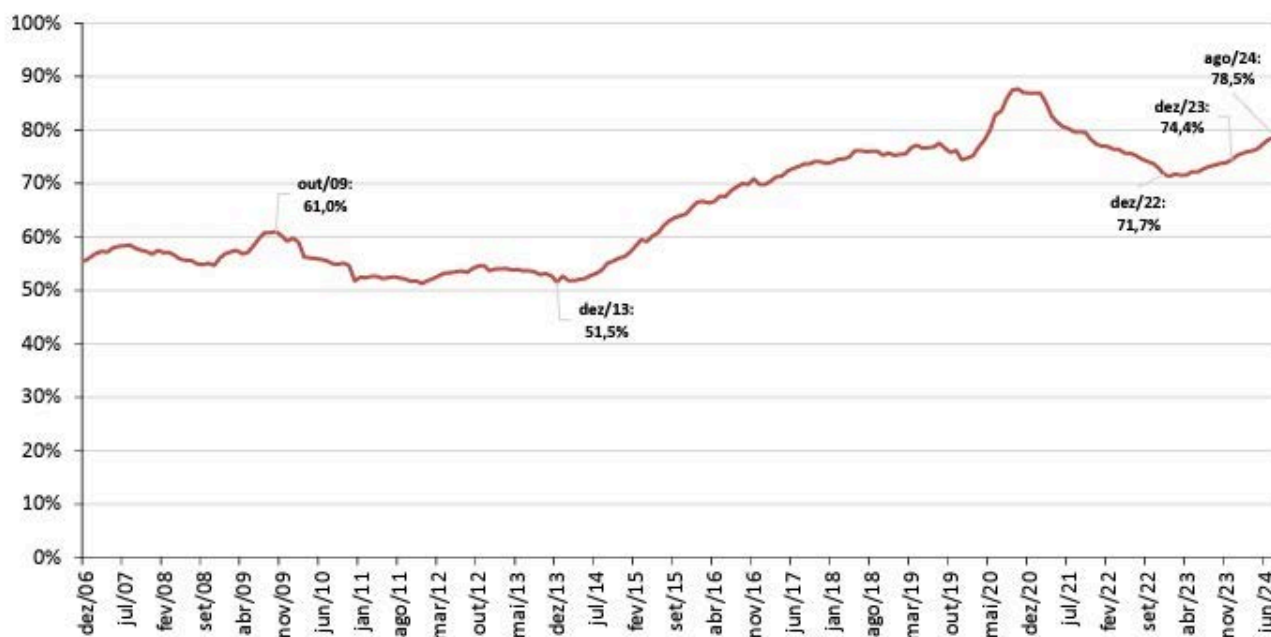


1. Como a dívida brasileira evoluiu nos últimos anos?

- O gráfico abaixo, elaborado pela Instituição Fiscal Independente, resume a evolução da dívida nos últimos anos. Destacamos que a dívida brasileira teve um forte aumento no período Dilma, que mudou de 51,5% do PIB em 2013 para 65,5% em 2015. Isso ocorreu tanto pela ganância do período quanto pela queda no PIB do país.
- Com o teto de gastos do período Temer, a dívida começou a estabilizar. Em 2019, no governo Bolsonaro, a dívida chegou a 74,4%, o que consolidou três anos de dívida no mesmo nível.
- Na pandemia, a dívida bruta cresceu com relação ao PIB tanto pelo aumento de gastos - necessário para combater a pandemia - quanto pela queda do PIB derivada dos efeitos da Covid-19. Contudo, após esse avanço, a dívida com relação ao PIB caiu até o final do mandato, alcançando os níveis pré-pandemia.

Figura 1: Dívida Bruta do Governo Geral (metodologia do Banco Central)

GRÁFICO 2. DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (% DO PIB)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Obs.: Acessível neste [link](#)

- As políticas implementadas no governo Lula resultaram em um expressivo crescimento da dívida pública em relação ao PIB, mesmo com o aumento da arrecadação e com o crescimento econômico superior ao esperado – impulsionado pelo estímulo fiscal e pelos efeitos das reformas econômicas de governos anteriores.

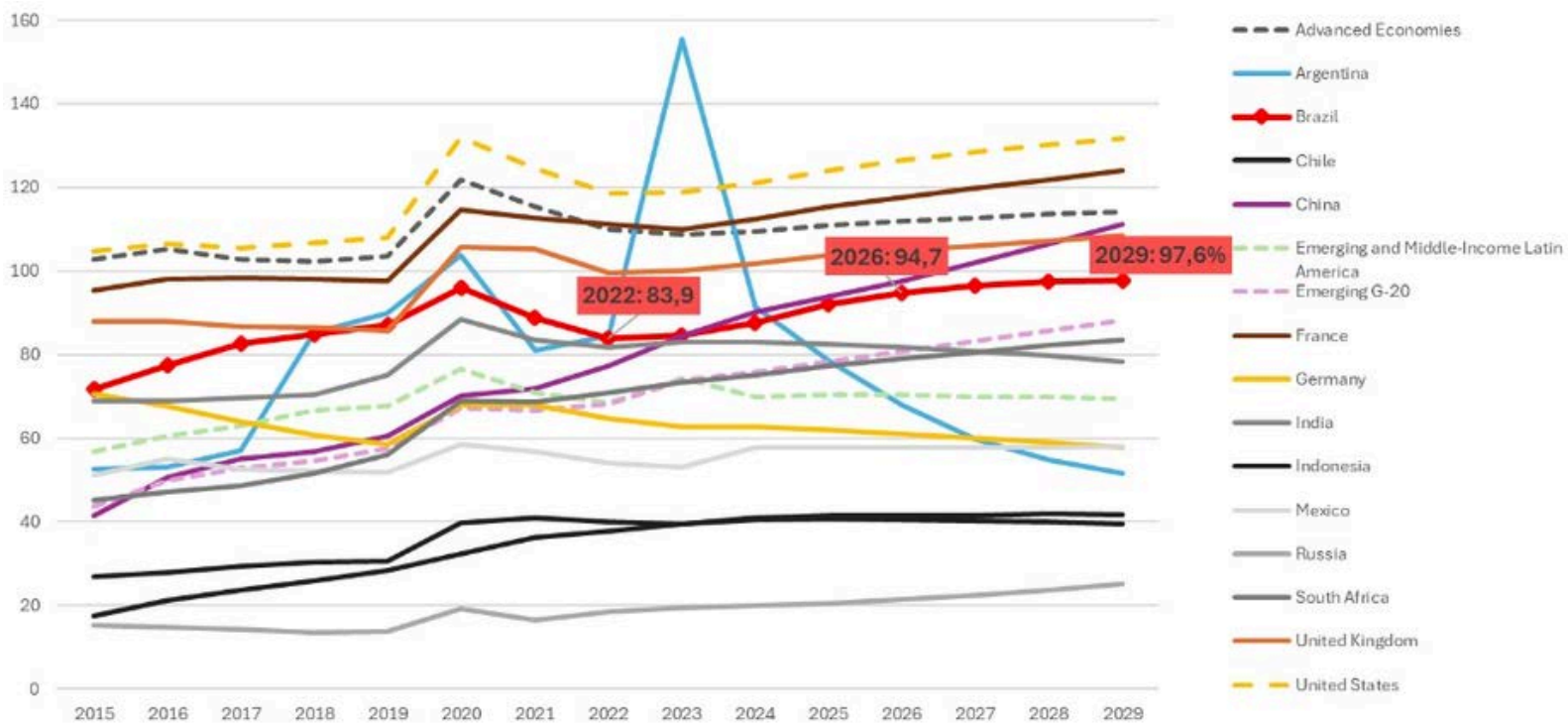
- A PEC da Transição gerou despesas entre R\$ 150 e R\$ 200 bilhões acima dos gastos de 2022. Ao comparar os gastos de 2024 com os de 2022, observa-se um aumento superior a R\$ 400 bilhões.
- Isso evidencia um dos principais erros do arcabouço fiscal: uma base de despesas elevada, sobre a qual a despesa primária pode continuar a crescer. Esse fator contribui para que, mesmo com arrecadação recorde, as receitas sejam insuficientes para cobrir as despesas.
- Esse mecanismo se verifica na projeção de dívida para os próximos anos. De acordo com a IFI (Instituição Fiscal Independente do Senado), o endividamento público aumentará 12,4 p.p no mandato de Lula, alcançando 84,1% do PIB. Se tivéssemos esse percentual de dívida hoje, o valor dessa dívida seria de cerca de R\$ 9,1 trilhões. **Apenas o serviço dessa dívida poderia ultrapassar R\$ 1 trilhão** - em 2023, esse valor foi de R\$ 816 bilhões.

2. Como a dívida brasileira se compara com países emergentes e desenvolvidos?

- Pela metodologia do FMI¹, a dívida bruta do Brasil com relação ao PIB foi de 83,9% do PIB em 2022. A estimativa é de que a dívida alcance 94,7% do PIB em 2026 (um aumento de 10,8p.p.) e a 97,6% em 2029.
- A figura abaixo mostra a dívida e as projeções dessa dívida para países selecionados:

¹ A metodologia do FMI é diferente da adotada pelo Banco Central brasileiro. A principal diferença é que o FMI considera os títulos em poder do Banco Central para fins de política monetária como dívida, enquanto o BC exclui esses títulos do cálculo. Mais detalhes podem ser vistos neste link: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/24365/1/PRFol_216082_Conceitos%20de%20d%C3%a1vida%20p%C3%bablica.pdf

Figura 2: Dívida Bruta do Governo Geral (metodologia do FMI) em países selecionados



Fonte: [FMI](#). Elaboração: Observatório da Oposição.

Entre os emergentes, destacamos:

- Entre os BRICS, prevê-se que apenas a China terá uma relação dívida/PIB maior que a do Brasil em 2029.
- A Índia, que possui dívida comparável ao Brasil, terá queda até 2029, quando alcançará 78,4% do PIB.
- Atualmente, a dívida brasileira é, em média, mais de **15 p.p maior** que a dos países emergentes do G20 e de países da América Latina.
- O Chile, o 4º país de maior renda per capita da América Latina, tem uma dívida de 37,8% do PIB. A expectativa é que essa dívida estabilize em 41,8%.
- O México segue essa mesma linha, apresentando dívida pública estável e significativamente menor que a brasileira.
- Quanto à Argentina, nota-se um enorme crescimento da dívida projetada em 2023. No entanto, devido às reformas do país, estima-se que a dívida será quase 50 p.p. menor que a brasileira em 2029.

E como essa dívida se compara com os países desenvolvidos?

- A dívida brasileira é de fato menor que a de alguns países desenvolvidos, como EUA, França e Reino Unido. Ela também é menor do que a média dos países avançados. No entanto, ela é menor do que a de países como a Alemanha.
- Diferente da dívida brasileira, a tendência das economias desenvolvidas é que a dívida bruta, apesar de alta, se mantenha em patamar relativamente constante. Isso significa que a dívida cresce, aproximadamente, na mesma razão que o PIB.

3. Por que a dívida preocupa mesmo que ela seja menor que a de países desenvolvidos?

- Antes de analisar a diferença das dívidas brasileira e de países desenvolvidos, provocamos o leitor com a seguinte pergunta: é melhor ter uma dívida de 200 mil financiada a uma taxa de juros de 15% para ser paga em 2 anos ou uma dívida de 250 mil financiada a 2% para ser paga em 10 anos?
- A comparação, apesar de caricata, representa bem a relação da dívida brasileira com a de economias desenvolvidas. A dívida brasileira é crescente, cara e de curto prazo. O [relatório mensal da dívida](#) aponta que a dívida brasileira custa aproximadamente 11% e tem um prazo médio de cerca de 4 anos.
- Essa é a razão de a dívida brasileira custar 7,4% do PIB em juros e a [americana apenas 3,2%](#), apesar de a segunda vir de uma dívida de 118% do PIB (muito maior que a brasileira). É como comparar uma dívida feita via crédito imobiliário a uma realizada no rotativo do cartão.
- Ainda assim, veja que o [FMI afirma que os EUA precisam reduzir o gasto público](#) e controlar a dívida, mesmo que eles estejam em posição fiscal menos frágil que a do Brasil.
- Superando este ponto, há também uma preocupação com a trajetória da dívida. Destacamos que a nossa trajetória é muito preocupante, pois representa um aumento de 12,4 p.p. do PIB em apenas 4 anos. Outros países apresentam perspectiva de queda ou de estabilidade do endividamento em relação ao PIB.

4. Afinal, o novo arcabouço fiscal pode ser chamado de Regime Fiscal Sustentável?

- Para analisar esse ponto, é necessário mencionar a legislação que fundamenta a necessidade de sustentabilidade da dívida pública.
- A Constituição Federal estabelece:

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

[...]

VIII - sustentabilidade da dívida, especificando:

- a) indicadores de sua apuração;*
- b) níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida;*
- c) trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação;*
- d) medidas de ajuste, suspensões e vedações;*
- e) planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida.*

[...]

*Art. 164-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma **a manter a dívida pública em níveis sustentáveis**, na forma da lei complementar referida no inciso VIII do caput do art. 163 desta Constituição. **[grifo nosso]***

Parágrafo único. A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

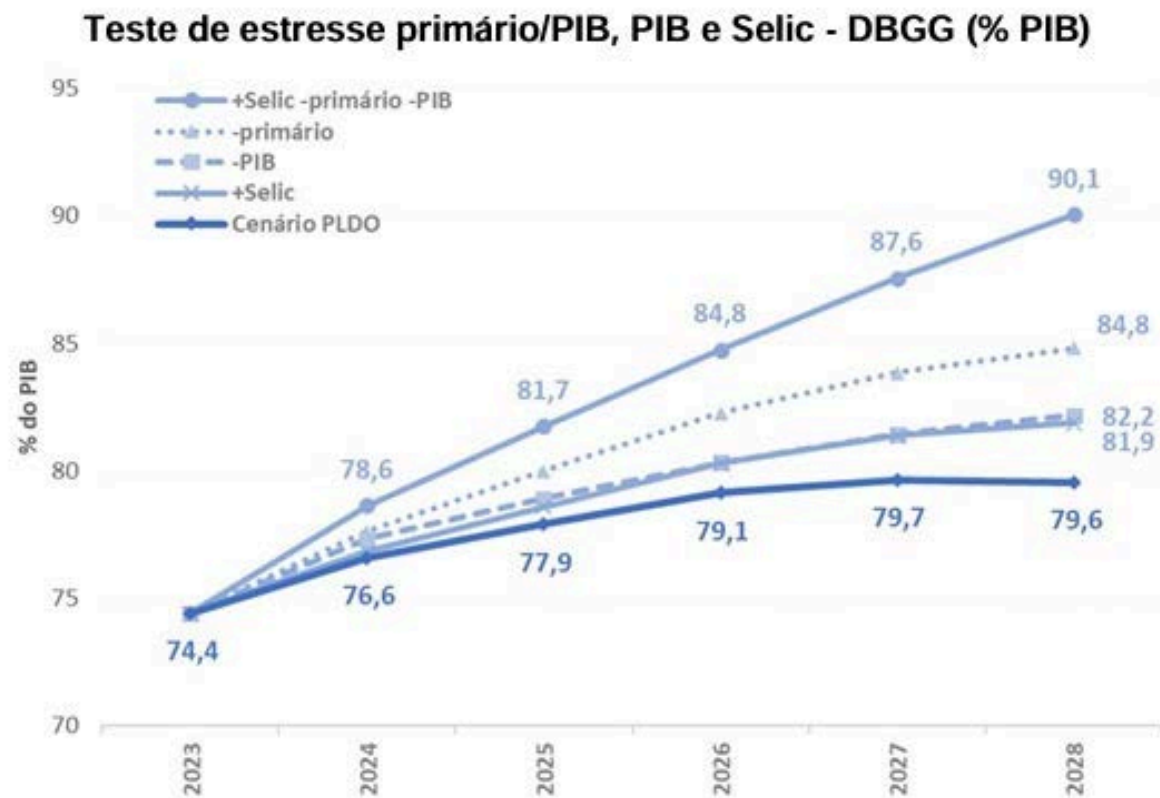
- A LC nº 200/23 (Arcabouço Fiscal) determina:

Art. 2º A lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do [§ 2º do art. 165 da Constituição Federal](#) e do [art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as respectivas metas anuais de resultado primário do Governo Central, para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, **compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública.** [grifo nosso]

§ 1º Considera-se compatível com a sustentabilidade da dívida pública o estabelecimento de metas de resultados primários, nos termos das leis de diretrizes orçamentárias, **até a estabilização da relação entre a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e o Produto Interno Bruto (PIB), conforme o Anexo de Metas Fiscais de que trata o § 5º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal). [grifo nosso]

- Com isso, observa-se que a sustentabilidade da dívida é central na condução da política fiscal e na execução do orçamento. Ainda assim, as estimativas apontam que essa dívida não ficará estável até 2029 e, se eventualmente se estabilizar, alcançará um patamar insuportável para o país.
- Um drible colocado no PLDO é o de **assumir superávits fiscais inverossímeis em períodos futuros**, o que faria com que a dívida reduzisse a partir de 2028. Essa posição coloca a responsabilidade em ajustar as contas públicas para o próximo governo, que teria de alcançar superávits que a atual gestão se recusa a perseguir. Veja o exemplo retirado de publicação da consultoria da Câmara dos Deputados:

Figura 3: Evolução da dívida de acordo com o PLDO



Fonte: Realizado, BCB. Projeções, STN. Elaboração: STNMP.

Retirado de: [NT n° 13/2024](#)

- Esse distanciamento entre as projeções do governo e o observado nas projeções da IFI e do FMI é preocupante. Fica claro que a sustentabilidade da dívida, parâmetro central no arcabouço fiscal, deve ser perseguida com um ajuste fiscal adequado, que privilegie o corte de despesas.
- **No entanto, o que se observa é uma estratégia calcada apenas em busca de receitas e dribles fiscais que criaram uma meta artificial do primário.**
- O efeito disso é que a estabilização da dívida, se ocorrer, será feita em um patamar muito alto de dívida, prejudicando a estabilidade econômica do país. É urgente, portanto, que se avance numa agenda de corte de despesas, inclusive com mudanças legais nas regras insuficientes do arcabouço fiscal.

As Justificativas do Ministério da Gestão e Inovação para o Déficit das Estatais

O governo justifica o déficit das estatais pelo aumento dos investimentos, mas dados indicam que esses investimentos estão abaixo dos níveis anteriores. A metodologia usada para medir o déficit também é questionada pelo governo, embora siga padrões contábeis internacionais. O aumento nas despesas, especialmente com pessoal e diretores, ressalta a necessidade de maior controle fiscal para evitar um agravamento do cenário financeiro.

Síntese

- O Ministério da Gestão e Inovação (MGI) atribui o déficit primário de R\$ 7,2 bilhões das estatais, entre janeiro e agosto de 2024, ao aumento dos investimentos, embora a análise do Sistema de Informações das Estatais (SIEST) sugira que os investimentos estão abaixo dos níveis de 2023.
- Em contraste, o primeiro ano do governo Lula III revelou um equilíbrio preocupante entre despesas e receitas correntes, sinalizando a necessidade de monitoramento e gestão fiscal cuidadosa para evitar déficits ainda maiores no futuro.



Análise

- [Em nota](#), o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) defende que o déficit primário de R\$ 7,2 bilhões das estatais, registrado entre janeiro e agosto de 2024, é em grande parte atribuído ao aumento dos investimentos por essas empresas públicas.
- O ministério destaca que o rombo de R\$ 3,3 bilhões das estatais federais e R\$ 3,8 bilhões das controladas por estados e municípios não inclui estatais lucrativas como Petrobras e BNDES, e que o resultado negativo das estatais federais representa menos da metade do total.
- Além disso, a pasta enfatiza que a avaliação isolada do déficit primário não reflete adequadamente a saúde financeira das companhias, já que déficits podem ocorrer mesmo com lucros em períodos de expansão ou modernização.

Transferências do Tesouro Nacional em Anos Anteriores

"Aportes geram superávit no curto prazo. E déficit nos anos seguintes. Em 2019, por exemplo, as estatais não dependentes que constam da estatística do Banco Central, receberam aportes de R\$ 10,1 bilhões para realizar investimentos. Naquele ano, o superávit primário das mesmas estatais foi de R\$ 10,4 bilhões. Em contraposição, os déficits de 2023 e 2024 representam, em parte, o início da transformação daqueles aportes em investimentos".

[Trecho da Nota do MGI.](#)

- Após a análise dos dados dos exercícios anteriores, confirmamos que, de fato, houve um superávit em 2019, impulsionado também pelos aportes do Tesouro. Além disso, observamos que a totalidade desse montante foi praticamente integralmente alocada em investimentos nos anos subsequentes até 2022, evidenciado pelo comportamento das contas de despesas e receitas de capital. Em que pese os investimentos significativos, não observamos déficits durante o governo Bolsonaro.
- Nesse contexto, a afirmação de que os déficits de 2023 e 2024 representam o "início da transformação daqueles aportes" não se sustenta conforme exposto. Ademais, identificamos um novo aporte de R\$ 403 milhões em 2023, sendo R\$ 303 milhões oriundos do Tesouro e R\$ 10 milhões de empresas estatais. Em outras palavras, o aporte de 2023 não gerou um "superávit de curto prazo", apenas reduziu o déficit.

- O resultado negativo do primeiro ano do Governo Lula é particularmente desfavorável ao comparamos ao último ano do governo Bolsonaro, considerando que as estatais tiveram [R\\$ 3,45 bi de déficit ante a um resultado superavitário de R\\$ 5,5 bi em 2022](#).

Déficit se justifica majoritariamente por investimentos em 2023 e 2024

"Nos dados apresentados mensalmente pelo Banco Central, no acumulado de janeiro a agosto, o déficit de todas as estatais alcançou R\$ 7,21 bilhões, dos quais R\$ 3,37 bilhões, menos da metade, diz respeito às empresas federais. E parte expressiva desse déficit corresponde a investimentos feitos pelas companhias".

[Trecho da Nota do MGI.](#)

- Ao analisarmos os dados do Sistema de Informações das Estatais (SIEST), atualizados até junho de 2024, observamos que os investimentos de capital das estatais apresentaram um nível de aproximadamente 37% do registrado em 2023.
- Essa constatação indica que a alegação de que o expressivo déficit primário decorre de um aumento no volume de investimentos também parece não se sustentar.

Questionamento da Metodologia utilizada pelo Banco Central

"A estatística fiscal do Banco Central referente às estatais federais considera apenas uma parte das estatais federais não dependentes de recursos do Tesouro. Empresas lucrativas, como é o caso da Petrobras e dos bancos federais (Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) não entram na conta".

[Trecho da Nota do MGI.](#)

- Primeiramente, a estatística fiscal é a oficial, recentemente reafirmada no texto do Arcabouço Fiscal (§4º do art. 2º da Lei Complementar nº 200/2023).

- O racional para a metodologia empregada é a necessidade de registrar as operações envolvendo estatais que utilizam recursos do Tesouro e, portanto, impactam o esforço fiscal do governo. Ressalta-se, ademais, que tal metodologia encontra-se em aplicação desde o ano de 2017, com o propósito de aprimorar a transparência nas contas públicas, não se prestando a influenciar ou desqualificar o governo em exercício.
- Ademais, trata-se de prática respaldada em padrões internacionais de contabilidade pública, tais como o [Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas \(ONU\) - SNA/M1.06/17](#), o [Manual de Estatísticas de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional \(FMI\)](#) e [diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico \(OCDE\)](#).

Saúde Financeira das Estatais

- Na análise dos dados de fluxo de caixa e do índice de cobertura (relação entre receitas e despesas correntes), observamos uma tendência de alta até 2022, quando o índice começa a apresentar uma leve reversão, consolidada em 2023 e 2024.
- Particularmente, pode ser observado no primeiro ano do Governo Lula um aumento de R\$ 1,3 bilhões (7%) nas despesas com pessoal, dirigentes, conselhos e comitês estatutários. Trata-se de um comportamento que deve ser acompanhado, tendo em vista serem rubricas que representam quase metade (47,2%) da despesa corrente.

3

TRANSPARÊNCIA E
GOVERNANÇA**Os efeitos da negligência do governo com as agências reguladoras**

A negligência do governo em relação às agências reguladoras afeta negativamente setores essenciais da economia. A suspensão de contratos para monitoramento de combustíveis e cortes orçamentários comprometem a qualidade da fiscalização, enquanto a demora no preenchimento de cargos estratégicos limita a capacidade de atuação das agências.

Síntese

- A suspensão dos contratos da ANP para monitorar a qualidade dos combustíveis evidencia a negligência do governo atual em relação às agências reguladoras, essenciais para a proteção dos consumidores.
- Essa medida compromete a eficácia do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), uma vez que a análise será realizada apenas pelo laboratório da própria ANP, limitando a capacidade de fiscalização e aumentando o risco de deterioração da qualidade dos combustíveis.
- Além disso, cortes orçamentários e a morosidade no preenchimento de cargos diretores nas agências reguladoras agravam a situação das agências, prejudicando ainda mais a eficiência e a agilidade das funções regulatórias essenciais para setores estratégicos.



Suspensão dos contratos da ANP para o monitoramento da qualidade dos combustíveis

- [A suspensão dos contratos de monitoramento da qualidade dos combustíveis pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis \(ANP\)](#), revela mais um capítulo de negligência do governo atual em relação às agências reguladoras, cuja atuação é essencial para garantir a eficiência de setores que impactam diretamente a vida dos brasileiros.
- A suspensão dos contratos que sustentam o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) traz sérias implicações para a eficácia da fiscalização, uma vez que a ANP já declarou que, apesar de manter as ações de controle, a ausência de análises realizadas por laboratórios contratados pode comprometer a qualidade dos combustíveis durante esse período.
- As amostras coletadas serão submetidas apenas ao exame pelo Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT), laboratório da própria agência, o que resultará em uma sobrecarga de trabalho e na limitação das análises disponíveis. Com efeito, essa restrição na capacidade de monitoramento, configura um cenário propenso à deterioração da qualidade dos combustíveis no mercado, potencialmente afetando o cotidiano dos consumidores.
- Essa situação é emblemática para elucidar os efeitos da ausência de investimentos e dotações para o setor regulatório. Sem recursos adequados, a ANP e outras agências enfrentam dificuldades para cumprir suas funções essenciais, prejudicando os consumidores e o ambiente de negócios brasileiro.

Precarização da fiscalização no setor elétrico

- Outro exemplo recente dessa problemática pode ser observado na situação envolvendo a fiscalização do setor elétrico, no episódio que envolveu a concessionária Enel no apagão de São Paulo. Em que pese as [acusações de negligência e ataques reiterados](#) do ministro Alexandre Silveira, há antes que se fazer uma discussão sobre as prioridades estabelecidas pelo atual governo.

- [De acordo com Sandoval Feitosa, diretor-geral da Aneel](#), a agência arrecada anualmente R\$ 1,4 bilhão por meio da taxa de fiscalização, mas somente R\$ 400 milhões desse montante são utilizados nas atividades do órgão regulador, cerca de 28%.
- A situação se agrava significativamente com cortes abruptos no orçamento impostos pelo governo federal, o que prejudica significativamente a capacidade da agência de cumprir suas funções regulatórias.
- [Em 2024, os cortes orçamentários chegaram a um montante de 20% do orçamento das 11 agências reguladoras](#) responsáveis pela fiscalização e regulação de setores essenciais da economia, como energia, saúde, transportes, e telecomunicações. Nota conjunta das agências ressalta ainda que 65% dos cargos efetivos das agências federais encontram-se vagos.
- Obviamente, isso também repercute no exercício das atividades das agências. Voltando ao caso da Enel, com o contingenciamento identificamos que houve uma [redução de 52% no repasse da Aneel para a fiscalização das concessionárias de energia elétrica em São Paulo](#).
- A título de comparação, em 2023, a Aneel alocou R\$ 13,5 milhões para essa finalidade, mas o valor caiu para apenas R\$ 6,5 milhões em 2024, comprometendo as ações de fiscalização, especialmente em relação à Enel, uma das concessionárias sob supervisão.
- É de se reconhecer que as deliberações orçamentárias se realizam em um contexto de escassez, no qual o governo se vê compelido a estabelecer suas prioridades e focos de atuação. No presente caso, tal escolha culminou em [um apagão que afetou aproximadamente 3,1 milhões de indivíduos na metrópole mais populosa do país](#), ocasionando repercussões significativas tanto na saúde pública quanto na economia nacional.

Letargia do governo na recomposição do quadro diretivo das agências reguladoras

- Destacamos ainda a morosidade no preenchimento das posições de direção nas agências reguladoras, o que tem resultado na estagnação de numerosos processos decisórios.

- Essa ineficiência é particularmente alarmante, considerando que as deliberações mais significativas são realizadas em colegiado, o que requer a presença e a contribuição efetiva de seus membros para a consecução de decisões que impactam diretamente a regulação e a fiscalização em diversos setores.
- Tal situação não apenas compromete a agilidade institucional, mas também limita a capacidade das agências de atender às demandas da sociedade de maneira eficaz e proativa. Sendo esta uma atribuição inerente do chefe do Poder Executivo, conforme preceitua a [Lei n 9.986, de 18 de julho de 2000](#).

"Art. 5º O Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral (CD I) e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada (CD II) serão brasileiros, indicados pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da [alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal](#), entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento no campo de sua especialidade, devendo ser atendidos 1 (um) dos requisitos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso I e, cumulativamente, o inciso II"

[Lei n 9.986, de 18 de julho de 2000](#).

- A atual inércia do governo na ocupação de cargos cruciais nas diretorias colegiadas de quatro das onze agências reguladoras federais, incluindo a Anac, Aneel, ANP e Anatel, expõe uma alarmante negligência administrativa.
- Em alguns casos, o lapso temporal desde a vacância ultrapassa mais de um ano, período em que as decisões colegiadas, fundamentais para a condução eficiente das atividades regulatórias, ficam paralisadas ou comprometidas, vide Tabela 1.
- O governo, em vez de cumprir sua responsabilidade legal de preencher os cargos vagos nas agências reguladoras, prefere fomentar críticas na mídia sobre uma suposta politização desses órgãos e a revisão da estrutura dos mandatos.

Tabela 1. Agências Reguladoras com Cargos de Direção Vagos:

Agência	Nº de membros da Diretoria Colegiada	Cargos de Direção Vagos	Observação
Anac	5	1	Cargo de Diretor-Presidente vago desde março/2023.
Aneel	5	1	Cargo de Diretor vago desde maio/2024.
ANP	4	1	Cargo de Diretor vago desde dezembro/2023.
Anatel	5	1	Cargo de Conselheiro vago desde novembro/2023.

- Nesse contexto, ressalta-se a atuação quase burlesca do ministro Alexandre Silveira em relação às agências reguladoras, reforçando a necessidade de conferir autonomia desses órgãos para que possam cumprir o papel perene do Estado, mesmo frente a pressões políticas do Governo de ocasião.
- Insólita e desmesuradamente, o ministro vem a público requerer a caducidade do contrato da Enel, apesar de plenamente ciente dos requisitos e trâmites indispensáveis a processos administrativos dessa natureza, e após haver-se confraternizado e manifestado, em evento promovido na Itália pela própria entidade ora visada, [seu interesse ostensivo pela renovação da concessão](#).
- Destaca-se, igualmente, a postura diametralmente oposta adotada pelo ministro na análise do processo de caducidade da Amazonas Energia, ocasião em que, mesmo diante da recomendação de caducidade emitida pela área técnica da Aneel em virtude dos inúmeros vícios contratuais detectados, o ministro empenhou-se em uma cruzada para viabilizar um acordo de transferência de controle, de caráter manifestamente questionável, em favor da Âmbar Energia.
- Nesse sentido, em vez de [perseguir propostas legislativas que atentam contra a autonomia das agências reguladoras](#), o governo e seus ministros deveriam concentrar esforços no básico: prover as indicações necessárias e atuar para sua aprovação no Senado Federal, além de rever o orçamento e a estrutura das carreiras das agências reguladoras, de modo a alinhá-las às funções primordiais desses órgãos.

Denúncias de Assédio Moral são "Silenciadas" pelo Governo

A suspensão de investigações de assédio moral em órgãos públicos levanta dúvidas sobre o compromisso do governo em combater práticas abusivas no ambiente de trabalho. Apesar do discurso de proteção a minorias, denúncias contra figuras governamentais e o aumento expressivo de casos registrados indicam uma contradição preocupante, evidenciando falhas na gestão e na implementação de políticas de combate ao assédio.

Síntese

- O encerramento súbito da investigação de assédio moral na Petrobras pelo Ministério do Trabalho, sem concluir as entrevistas previstas, questiona a seriedade da apuração e a real disposição do governo em enfrentar o problema.
- As denúncias de assédio no governo Lula vêm crescendo, como no caso da ministra Cida Gonçalves, que enfrenta 17 acusações de assédio moral, evidenciando uma contradição crescente entre o discurso de defesa das minorias e a convivência com práticas abusivas.
- Dados da CGU revelam um aumento de 86% nas denúncias de assédio no governo Lula em 2023, contrastando com números significativamente menores no governo Bolsonaro, reforçando a percepção de que há falhas graves na gestão atual em lidar com o problema.



- A recente investigação do Ministério do Trabalho sobre denúncias de assédio moral na Petrobras gerou grande controvérsia ao ser interrompida de forma abrupta. [Conforme revelado pelo jornal O Globo](#), ao menos dez depoimentos foram colhidos, porém a ação foi encerrada antes da conclusão das entrevistas. A justificativa apresentada foi que as alegações não pertenciam à seara trabalhista, decisão que surpreendeu muitos, considerando a seriedade das denúncias, que incluíam práticas abusivas e exigências de procedimentos sem respaldo técnico.

*“Após a realização de algumas entrevistas e uma análise interna criteriosa dos fatos e situações narrados, a equipe da SEGUR, em acordo com a chefia da unidade, **chegou à conclusão de que o cerne da questão não diz respeito especificamente a aspecto pertinente à seara trabalhista, isto é, não faz parte do escopo de trabalho da Inspeção do Trabalho. Uma vez que foi caracterizado que o caso não pertence ao âmbito de atuação da auditoria fiscal do trabalho, decidiu-se pelo encerramento da presente ação fiscal neste momento.**”*

[Comunicação da SEGUR/MT aos denunciantes, conforme veiculado pela reportagem de "O Globo"](#).

"Em vários casos o alvo das denúncias é Wagner Victer¹, novo gerente executivo de Búzios, que é o maior campo de petróleo em águas profundas do mundo. Victer teria exigido em reuniões que os gerentes adotassem procedimentos e modificações no funcionamento das plataformas que não eram respaldados por relatórios técnicos".

[Trecho da reportagem "Ministério do Trabalho abriu ação sobre assédio na Petrobras, mas encerrou abruptamente", do veículo "O Globo"](#).

- As denúncias direcionadas a Wagner Victer, novo gerente executivo do campo de Búzios, destacavam ordens arbitrárias e falta de apoio técnico em decisões operacionais, o que gerou insatisfação e possível violação das normas internas da Petrobras. Esses atos foram classificados como

¹INFOMONEY. Supergerente da Petrobras busca otimizar investimento e evitar sobras. 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/business/supergerente-da-petrobras-busca-otimizar-investimento-e-evitar-sobras/>. Acesso em: 24 out. 2024.

assédio moral, uma prática que, embora não seja criminalizada de forma específica, encontra respaldo para punição na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Constituição Federal de 1988, que assegura a dignidade da pessoa humana e a inviolabilidade da honra.

- A perplexidade em torno da interrupção da investigação também se agrava pela publicação recente de materiais²³ pela Coordenação Nacional de Combate à Discriminação, ao Assédio e à Violência, reforçando a importância do combate a essas práticas no ambiente laboral. A Norma Regulamentadora 17 e o Regulamento da Inspeção do Trabalho garantem, inclusive, que os Auditores-Fiscais do Trabalho têm competência para atuar em casos de assédio moral, reforçando a incoerência do encerramento precoce da investigação.

"Art. 18. Compete aos Auditores-Fiscais do Trabalho, em todo o território nacional:

I - verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à saúde no trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego, em especial:

d) o cumprimento dos acordos, tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil; [...]

III - interrogar as pessoas sujeitas à inspeção do trabalho, seus prepostos ou representantes legais, bem como trabalhadores, sobre qualquer matéria relativa à aplicação das disposições legais e exigir-lhes documento de identificação; [...]

IX - averiguar e analisar situações com risco potencial de gerar doenças ocupacionais e acidentes do trabalho, determinando as medidas preventivas necessárias;

X - notificar as pessoas sujeitas à inspeção do trabalho para o cumprimento de obrigações ou a correção de irregularidades e adoção de medidas que eliminem os riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores, nas instalações ou métodos de trabalho;

²BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Discriminação e Assédio no Trabalho - Consolidação da Legislação Aplicável**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/livro-discriminacao-e-assedio-no-trabalho-2.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

³BRASIL. **Cartilha de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mcom/pt-br/canais_atendimento/corregedoria/arquivos/copy_of_CartilhaAssdioMCom.pdf. Acesso em: 24 out. 2024

- O Ministério do Trabalho deve esclarecer os motivos para o encerramento da investigação de assédio moral na Petrobras e, com base nas leis de proteção ao trabalhador, justifica-se a reabertura do caso, enquanto a estatal precisa assegurar políticas eficazes de prevenção e combate ao assédio, promovendo um ambiente de trabalho seguro.

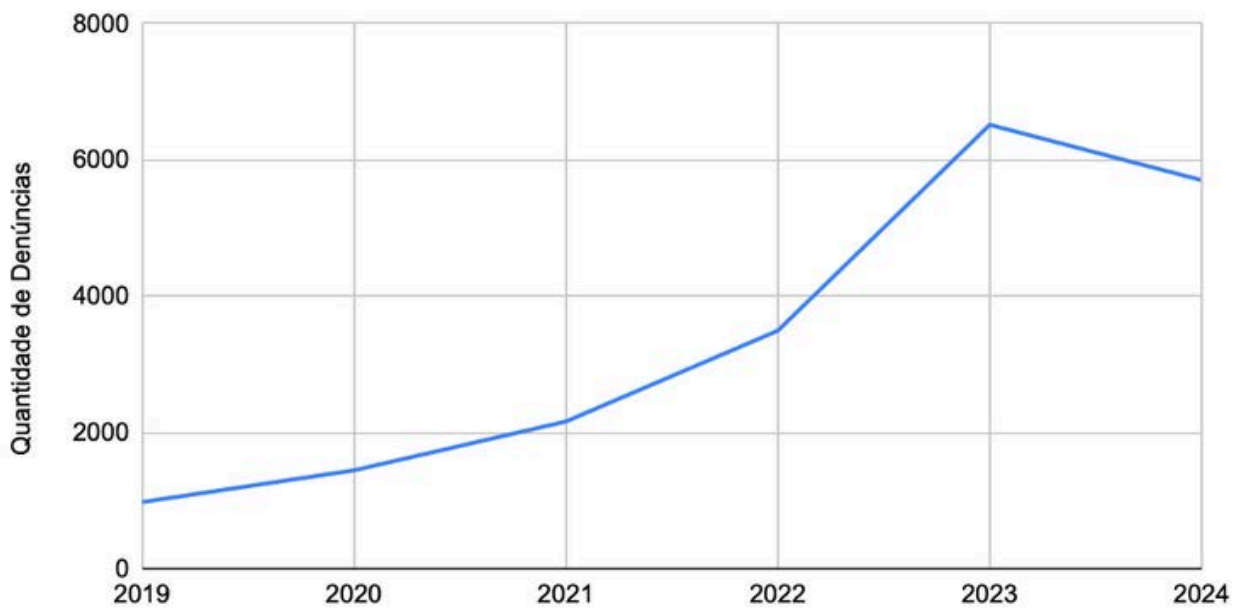
A multiplicação das denúncias de assédio no governo Lula

- Denúncias de assédio moral e sexual têm se multiplicado no governo Lula, atingindo até figuras de alto escalão, como [a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, que enfrenta 17 denúncias de assédio moral](#).
- Essas acusações revelam uma contradição no governo, que defende causas de justiça social, mas permanece inerte diante de situações envolvendo seus próprios ministros e servidores. A ausência de ações concretas é um indicativo de que falta um compromisso real com a proteção dos trabalhadores e minorias.
- A situação se agrava com a repetição de casos no alto escalão da ala ideológica, como a denúncia de assédio sexual feita pela ministra Anielle Franco contra o ministro Silvio Almeida. O caso se tornou emblemático por envolver líderes de pastas voltadas ao combate à violência (Igualdade Racial e Direitos Humanos) e pela condescendência da presidência, que, segundo a mídia, já estava ciente do caso meses antes da denúncia, sem tomar medidas saneadoras.

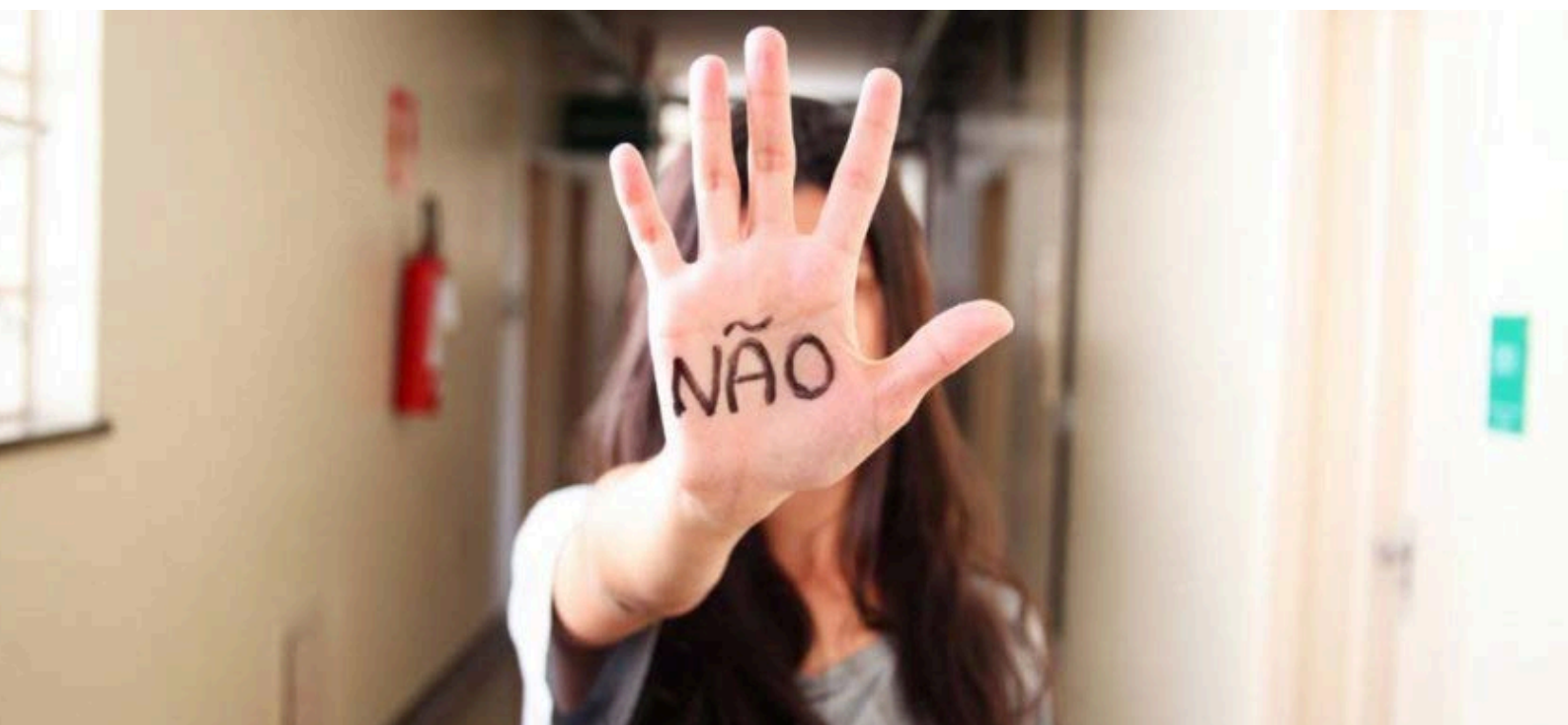


- [Dados coletados pela Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#) demonstram um aumento expressivo no número de denúncias de assédio moral e sexual no governo Lula, com 6.516 casos registrados em 2023 (**aumento de 86%**) e 5.703 até o momento em 2024, contrastando com números menores durante o governo Bolsonaro (em 2022, 3.494 registros). Essa disparidade aponta para uma falha sistêmica na nova gestão, que, apesar do discurso progressista, não tem demonstrado eficácia em enfrentar os problemas internamente.

Denúncias de Assédio Moral e Sexual no Poder Executivo Federal



Fonte: [Painel Resolveu? - CGU](#).



4 EDUCAÇÃO

Governo negligencia política vigente que abrange o pagamento de bolsa permanência a estudantes universitários, mirando estender política sob a mira do TCU

Reforçando a prática de maquiar a situação fiscal do país, manipulando recursos públicos através de fundo de caráter privado, o governo pretende ampliar política sem transparência e de execução questionável no entendimento do corpo técnico do TCU.

- Camilo Santana, ministro da educação, anunciou que Lula é um entusiasta da ideia de ampliar o programa Pé-de-Meia para estudantes universitários, proposta em elaboração pelo governo, ignorando sua execução a margem do orçamento, sem transparência e com possíveis infringências a regras de responsabilidade fiscal e constitucionais orçamentárias.



- Ainda, na tentativa de estabelecer marcas de governo, o MEC tem negligenciado a Política Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes, que dentre seus programas abrange pagamento de bolsa permanência aos estudantes universitários e benefício permanência a famílias de baixa renda cadastradas no CadÚnico que tenha dependentes matriculados em cursos de graduação das instituições de ensino superior.
- O que parece ser uma boa ideia aos olhos do governo Lula para 2025, com proximidade ao pleito eleitoral de 2026, falar em ampliar um programa de execução temerária como o pé-de-meia só se justificaria para: garantir mais viagens à comitiva do MEC, com relançamentos do programa, como tem feito até o momento com o pé-de-meia; ampliar a questionável execução de uma política fora do controle orçamentário exercido pelo Congresso Nacional e dos regramentos do arcabouço fiscal, contribuindo para o cumprimento de meta fiscal de resultado primário; retirar a necessária transparência da execução de políticas públicas; e reduzir recursos destinados às universidades e institutos federais, que já sofrem com orçamentos apertados.
- Enquanto incentivo financeiro-educacional na modalidade de poupança, o programa pé-de-meia ao ser instituído pela Lei nº 14.818/2024 foi autorizado a ser operacionalizado por meio de fundo de natureza privada - Fipem - criado, administrado e gerido por agente financeiro oficial, com cotas integralizadas pela União e com superávits financeiros do fundo social.
- Com isso, o governo retomou a prática da criação de fundo que reportam ao Brasil colonial e, principalmente, da década de 1960, quando foram concebidos de modo a “agilizar a gestão e garantir recursos públicos para áreas/setores específicos”, reservando recursos voltado para o financiamento de políticas a margem do orçamento ([2019, Bassi](#)). Com isso, despreza o princípio da unidade de caixa e da unidade orçamentária, garantidos pela Constituição de 1988.
- Fato é que, o governo vem executando pagamentos no âmbito do programa, sem a devida transparência quanto aos reais beneficiários e autorizações de desembolso.
- Inclusive, a Caixa que dava transparência ao volume de desembolso e valores de despesas indiretas atreladas ao programa, diante das críticas e questionamentos quanto a legalidade da operacionalização do programa, optou por retirar de seu portal as informações de execução do Fipem no início de outubro, [segundo reportagem de Andreza Matais e Eduardo Militão, colunistas do UOL](#).

- Nos últimos dias, a área técnica do TCU, [segundo os colunistas do UOL](#), elaborou relatório preliminar diante de pedidos de investigação apresentados à Corte, ainda pendente de acolhimento pelo Ministro Augusto Nardes, apontando que o MEC criou um orçamento paralelo para executar o programa e que o custeio de suas despesas exigiria autorização do parlamento, **recomendando a instauração de investigação sobre a forma como o programa está sendo executado e a adoção de medida cautelar determinando sua suspensão.**
- Enquanto mantém o discurso de garantir o Regime Fiscal Sustentável - RFS, de ampliar o acesso e garantir a permanência de jovens no ensino médio e nas universidades, as ações do governo Lula refletem uma condução totalmente diversa. De um lado, insiste em executar uma política fora do RFS, e dos princípios orçamentários e da transparência exigidos pela Constituição Federal, do outro, negligencia a Política Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes (Lei nº 14.914/24).
- Originalmente concebido como Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes, instituído com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Decreto nº 7.234/2010), o Pnaes foi ampliado pelo Congresso Nacional de modo a abranger estudantes da educação profissional, ciências e tecnológica pública federal, concentrando ações e vários programas voltados à ampliação e a garantia das condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade na educação superior e profissional.
- Atualmente, a política abrange ações assistenciais de apoio à moradia, alimentação, transporte, acessibilidade, saúde mental, inclusão digital e apoio pedagógico aos estudantes mais vulneráveis.
- Segundo apurou [reportagem de Karolini Bandeira do O Globo](#), há relatos de interrupção de ações próprias de universidades, executadas no âmbito da Pnaes, para manter os alunos na sala de aula, com o comprometimento do orçamento ainda em julho deste ano, quando do bloqueio orçamentário de R\$ 1,37 bilhão do Ministério da Educação para cumprir as regras fiscais, em um congelamento geral do governo de R\$ 15 bilhões.
- Representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) afirmam que as universidades estão impedidas de realizar empenhos e pagamentos até o desbloqueio dos recursos pelo governo federal.

- Em auditoria recente no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Acórdão nº 2281/2024 - Plenário), agora ampliado pelo Congresso, o TCU identificou **déficit de R\$ 470 milhões no orçamento do programa**, valor estimado, principalmente, com base em solicitações de auxílios não atendidas (alunos inscritos e não beneficiados).
- Ou seja, o governo Lula, ao invés de investir e garantir a execução da Pnae, suspende repasse de recursos para as universidades de institutos federais, enquanto sinaliza a ampliação de programa de execução temerária.



5 SAÚDE

A ineficiência do Ministério da Saúde na gestão de imunizantes a serem disponibilizados pelo governo federal no Sistema Único de Saúde – SUS atrelada a falta de dados atualizados.

Enquanto discursa a favor das vacinas, o governo promove a falta de imunizantes na rede pública e um apagão nas bases de informações que levam ao monitoramento da situação da distribuição de imunobiológicos aos estados.

- O Ministério da Saúde tem se mostrado incapaz de garantir e manter os estoques de vacinas previstas no calendário nacional, demonstrar por vezes clara dificuldade na logística de distribuição, com registro de casos de desperdício de dinheiro público em total descaso com o Programa Nacional de Imunizações – PNI, tido como referência mundial pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).



- O PNI deveria ser capaz de ofertar imunobiológicos, atuando de forma organizada desde a compra das vacinas até a definição do público-alvo.
- Pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM apontou que em 64,7% dos municípios participantes da pesquisa relataram falta de vacinas para imunizar a população, principalmente as crianças. De 6 em cada 10 cidades relatam falta de vacinas para esse público contra doenças como meningite, sarampo, catapora e rubéola, além da Covid.
- Como alternativas emergenciais, alguns gestores têm optado por oferecer vacinas de maior cobertura que a prevista no PNI, No DF, por exemplo, [diante da disponibilidade da meningo C \(contra a meningite C\), está sendo ofertada a ACWY \(que cobre meningites do tipo A, C, W e Y\), aumentando o custo para a administração pública local](#), com gastos emergenciais que não precisariam ser realizados se as compras centralizadas do governo federal estivessem em dia.
- Com 38.973.832 casos acumulados em 2024, a Covid-19 vitimou 713.860 pessoas até a 42ª semana epidemiológica. A estratégia da vacinação, defendida pelo Ministério da Saúde como principal meio para evitar óbitos em decorrência da doença, tem sido negligenciada pelo órgão que ora apresenta estoques em baixa ou zerados, ora precisa lançar mão da estratégia de remanejamento de estoques, na tentativa de minimizar perdas e atender demandas reprimidas.
- Ao final de 2023 o ministério foi capaz de finalizar uma compra do imunizante sem cobertura para novas variantes do vírus em circulação pelo país. A má atuação do MS além de isentar o instituto Butantan da obrigação de substituir lotes com validade inferior ao prazo definido no contrato, levou a perda de 3 milhões de doses, entre vencidas e a vencer.
- Com uma aquisição emergencial realizada em maio de 12,5 milhões de doses adaptadas à variante XBB, somente no último dia 23 é que o MS começou a distribuição de 1,2 milhão de doses.
- Falhas na logística de compras e distribuições de imunizantes, juntamente com estoques em situações críticas ou zerados, tem marcado a atuação do governo federal que tenta esconder suas falhas com a supressão e/ou atrasos na divulgação de relatórios mensais de distribuição de imunobiológicos e rede de frios do SUS. Com esse apagão de dados, o governo federal dificulta e até mesmo inviabiliza o monitoramento de sua gestão, bem como a atuação do controle social, enquanto mecanismo constitucional de participação e fiscalização do SUS.

- Na página dedicada do Ministério da Saúde na qual são publicados relatórios de “[Distribuição de Imunobiológicos](#)” é possível identificar a forma tardia e fora de ordem como esses informes foram disponibilizados. A publicação conforme o mês de referência se deu apenas nos meses de março, julho e setembro de 2024, conforme consolidado no quadro abaixo.

Mês do informe de distribuição de imunobiológicos	Data de disponibilização
Janeiro a outubro de 2023	30/10/2023
Novembro de 2023 a janeiro de 2024	19/02/2024
Fevereiro de 2024	11/03/2024
Março de 2024	20/03/2024
Abril e maio de 2024	17/05/2024
Junho de 2024	08/07/2024
Julho de 2024	31/07/2024
Agosto de 2024	10/09/2024
Setembro de 2024	23/10/2024

Fonte: CGCI/DPNI/SVSA/MS. Disponível em <<https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/distribuicao-de-imunobiologicos>>. Acesso em 28/10/24.

- Dados relativos à qualidade dos dados de vacinação também foram dispostos de forma atemporal pelo ministério, um em maio de 2024, referente a dados consolidados de 2023 a abril de 2024, e o outro publicado em julho de 2024, referente a maio do mesmo ano.
- A omissão e o atraso na divulgação de informações dificultam e até mesmo inviabilizam o controle das ações do governo, tanto pela sociedade quanto pelo Congresso Nacional, contribuindo para o enfraquecimento da confiança pública no nosso sistema de saúde.

6

MEIO AMBIENTE

Governo Federal Abandona Produtores à Própria Sorte: Invasões no Campo por “Ditos Indígenas” Aumentam em Meio à Inércia do Executivo

As invasões de propriedades rurais por grupos que se autodenominam indígenas, especialmente no Paraná, trazem à tona a omissão do governo federal na proteção dos direitos de propriedade no campo.

- Com o aumento dos conflitos em municípios como Guaíra e Terra Roxa, o setor agropecuário denuncia a ausência de medidas efetivas do Executivo para garantir a segurança dos produtores e o respeito às normas constitucionais. A inação do governo fomenta um ambiente de insegurança que, além de prejudicar a economia rural, coloca em risco a vida dos agricultores.



- A falta de ação do governo federal, representado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, evidencia uma negligência institucional que afeta diretamente a paz e a estabilidade no campo. Produtores rurais têm enfrentado não só invasões, mas também ameaças e agressões físicas, como no [caso recente em Guaíra](#), onde um agricultor foi atacado durante o plantio de soja. **A Força Nacional, embora presente na região, tem se mostrado incapaz de conter os conflitos, enquanto o governo federal não apresenta um plano claro e eficaz para intervir.**

Vídeo. Indígenas atacam agricultores com pedras durante plantio em Guaíra:



[CLICK HERE](#)

- A [Lei 14.701/2023](#), que estabelece o Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas, aguarda regulamentação pelo Executivo, necessária para sua implementação e para assegurar aos produtores rurais que o direito de propriedade será respeitado. No entanto, o governo tem se mantido inerte, permitindo que os conflitos se agravem, mesmo diante das evidências de violência crescente. Enquanto isso, a resposta oficial se limita a criar comissões e adiar decisões, estratégia que ignora a urgência da situação enfrentada por aqueles que produzem e abastecem o país.
- Deputados e senadores, como Pedro Lupion e Tereza Cristina, clamam por uma atuação firme do Executivo para impedir que a ordem pública no campo continue se deteriorando. A inércia do governo federal acaba incentivando as invasões e enfraquece a autoridade do Estado, dando espaço a práticas ilegais e elevando o risco de mais violência no setor.

Reforço à Força Nacional

- A situação é tão crítica que partidos como o PL, Republicanos e Progressistas têm **solicitado ao STF que autorize a atuação da polícia estadual para contenção de crimes como esbulho possessório**, evitando que o campo continue à mercê de invasões e atos de violência.

Impasse no STF sobre a Lei do Marco Temporal

- [Em meio ao impasse sobre a constitucionalidade da Lei 14.701/2023](#), que estabelece o Marco Temporal, o STF suspendeu processos de demarcação, enquanto discute em comissões de conciliação que, na prática, não resolvem as urgências dos produtores.
- Essa suspensão judicial é alarmante. Ela retira da agenda judicial qualquer garantia imediata aos produtores, cujas atividades ficam vulneráveis a invasões e atos de violência.

Importância do PL 4.039/2024

- O [PL 4.039/24](#), recém apresentado pela Bancada Paranaense da FPA, visa **proteger o direito de propriedade dos produtores rurais ao exigir indenização para danos causados por invasões em terras ainda não demarcadas e suspender os processos demarcatórios enquanto houver ocupações irregulares**. A proposta busca garantir segurança jurídica no campo, fornecendo compensações financeiras para prejuízos e estabelecendo um processo mais seguro para os agricultores em áreas de conflito.

Importância da PEC 48/2023

- A [PEC 48/2023](#) propõe alterar a Constituição para estabelecer um marco temporal na demarcação de terras indígenas, fixando o limite em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. A medida visa conferir segurança jurídica e reduzir conflitos, garantindo direitos históricos aos povos indígenas, mas também estabilizando relações econômicas e territoriais. A proposta busca um equilíbrio entre proteger os direitos indígenas e manter a segurança jurídica para todos os setores afetados, incentivando o diálogo durante sua implementação.

Acordo importante entre produtores rurais e indígenas no MS, através de conciliação do STF

- O Supremo Tribunal Federal (STF) alcançou um [acordo histórico](#) para resolver o conflito fundiário na Terra Indígena Ñande Ru Marangatu, em Mato Grosso do Sul. **O pacto prevê indenizações de R\$ 101 milhões pela terra nua e R\$ 27,8 milhões pelas benfeitorias aos proprietários, pagos pela União e pelo estado.** Em troca, os proprietários se retiram e a comunidade indígena terá acesso pacífico à área, além de realizar cerimônias no local. Esse acordo extingue litígios judiciais relacionados à demarcação.
- Até então, não havia o entendimento sobre a indenização pelo valor da terra. Apenas as benfeitorias eram indenizáveis.



7 TURISMO

Brasil: Oportunidades Perdidas no Turismo – Planos Ineficazes e Metas Irrealistas Comprometem o Potencial do País

O Plano Nacional de Turismo – 2024/2027 apresentado pelo Ministério do Turismo é muito poético, bem apresentado, mas parece os planos anteriores com propostas e formato sem informar como será operacionalizado para alcançar as metas definidas. Ou seja, sem dizer como sairá do papel.

- Apesar de seu enorme potencial turístico, o Brasil continua fracassando em posicionar-se como destino global, reflexo de sucessivos planos governamentais que se mostram ineficazes. **O atual [Plano Nacional de Turismo](#) do governo estabelece uma meta de crescimento que, na prática, ignora as deficiências estruturais do setor e superestima a capacidade de atração turística do país sem resolver problemas básicos.**



- A falta de investimento sério em infraestrutura, segurança e campanhas de marketing internacional continua a impedir o desenvolvimento competitivo do turismo brasileiro, revelando um desperdício de oportunidades econômicas que poderiam contribuir para a geração de emprego e renda, especialmente em regiões com alto potencial de exploração natural e cultural.

Falta de Infraestrutura e Segurança

- A infraestrutura para turistas no Brasil está defasada. Estradas mal conservadas, transporte ineficiente e poucas acomodações de padrão internacional fora dos grandes centros tornam a experiência turística limitada e insatisfatória.
- **A segurança, um fator essencial, é uma barreira significativa: a violência nas grandes cidades e a ausência de políticas públicas que garantam a integridade de visitantes internacionais aumentam a percepção de risco para quem planeja visitar o Brasil.**
- Comparativamente, países como México e Colômbia, mesmo com desafios de segurança, têm avançado com estratégias mitigadoras e campanhas agressivas de marketing, algo que falta ao Brasil. Esses países oferecem exemplos claros de como a segurança é abordada como elemento fundamental da atração turística, mantendo um fluxo consistente de turistas internacionais.



Investimento Insuficiente em Marketing Turístico Internacional

- A promoção internacional do Brasil permanece tímida e descoordenada. O Plano Internacional de Marketing Turístico, parte do Plano Nacional de Turismo, ainda não traduz uma estratégia realmente impactante. Campanhas limitadas e imagens pontuais de destinos não são suficientes para competir no mercado global; é preciso implementar uma abordagem contínua, com alianças estratégicas, acordos com companhias aéreas e pacotes promocionais que facilitem o acesso ao país.

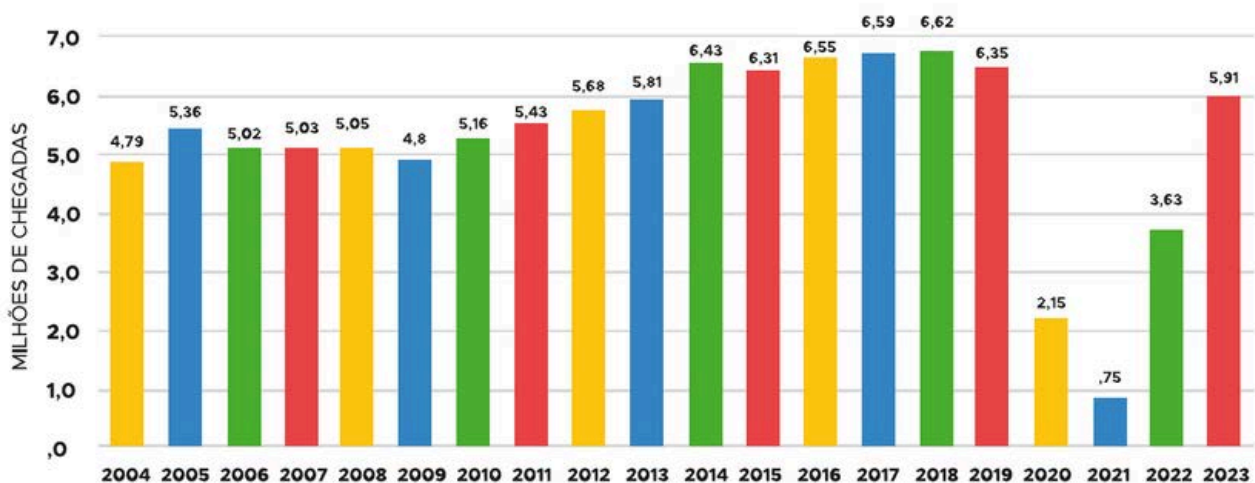
- Outros países latino-americanos, com menos atrativos naturais, já conseguem resultados expressivos ao investir em campanhas de longo alcance que consolidam sua imagem. O Brasil, por outro lado, continua a enfrentar desafios para se promover, com os investimentos em marketing sempre aquém das necessidades de posicionamento no mercado turístico internacional.

Impacto Econômico Subaproveitado

- O setor turístico, quando bem estruturado, é um motor econômico crucial, podendo reduzir a dependência do Brasil de exportações de commodities e atrair receitas em moeda estrangeira. A geração de emprego e renda poderia crescer substancialmente, beneficiando principalmente regiões economicamente menos desenvolvidas e com forte apelo turístico.
- No entanto, a contribuição do turismo à economia brasileira é proporcionalmente baixa, considerando o potencial do país, e reflete a ausência de políticas bem articuladas. O governo ainda ignora oportunidades de desenvolvimento regional e de diversificação econômica que o setor turístico oferece, desperdiçando o potencial de gerar mais empregos, especialmente em regiões onde a indústria é menos presente.

Meta de 8,1 Milhões de Turistas em 2027: Uma Ambição Desconectada da Realidade

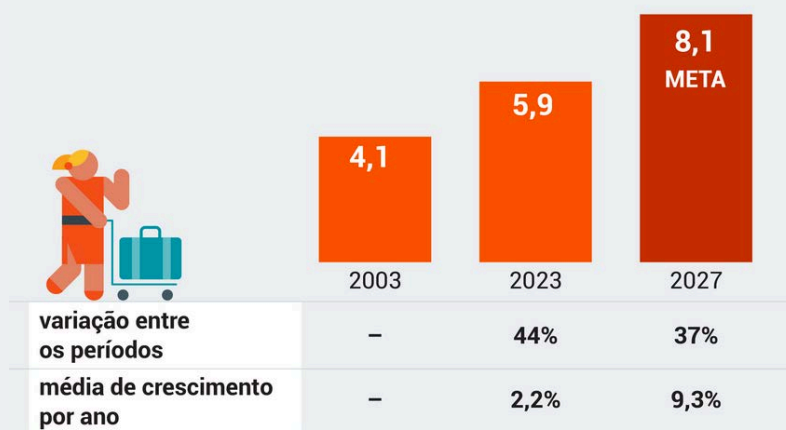
Chegadas de Turistas Internacionais ao Brasil - 2004 - 2023



Fonte: Ministério do Turismo, Embratur e Polícia Federal

- O Plano Nacional de Turismo propõe uma meta de atrair 8,1 milhões de turistas internacionais até 2027, representando um aumento de 37% em apenas quatro anos. A meta, porém, é desproporcional frente ao histórico do setor: nas últimas duas décadas, o número de turistas internacionais cresceu apenas 44% (figura abaixo).

VISITAS DE ESTRANGEIROS AO BRASIL
MÉDIA DE CRESCIMENTO TERIA QUE
QUADRUPPLICAR PARA ATINGIR META
 turistas estrangeiros no Brasil (em milhões)



fontes: Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo) e Plano Nacional de Turismo 2024-2027

PODER
360

1º.out.2024

- Esse objetivo ignora problemas persistentes de infraestrutura, segurança e promoção internacional, e coloca uma expectativa desprovida de planejamento realista. Com a atual capacidade de investimento e sem um plano robusto para correção das falhas históricas, a meta se mostra pouco mais que um discurso político, comprometendo a credibilidade do Brasil como destino turístico.
- Metas ambiciosas, mas sem planos concretos e viáveis, não apenas fracassam em atingir resultados, mas também prejudicam a imagem do país ao criar expectativas que dificilmente serão alcançadas. O Brasil deveria, antes, estabelecer metas graduais e realistas, focadas em melhorias estruturais e sustentadas por uma promoção eficaz e contínua, o que permitiria um crescimento seguro e sustentável.

Descentralização e Turismo Rural: Potencial Inexplorado

- A maior parte das estratégias turísticas brasileiras se concentra em regiões como Sudeste e Nordeste, enquanto o turismo rural, ecoturismo e agroturismo são praticamente ignorados.

- Esses segmentos poderiam contribuir significativamente para a diversificação econômica do interior do país, trazendo novos visitantes para áreas menos conhecidas e proporcionando ganhos diretos para a economia local de pequenos municípios.
- O turismo agroecológico, especialmente em áreas de reserva natural, apresenta um potencial elevado de atração, que ajudaria a valorizar e preservar culturas locais, gerando renda em regiões com menor atividade industrial. A ausência de uma estratégia governamental para integrar o turismo agroecológico aos planos nacionais representa, portanto, um desperdício de recursos naturais e culturais que poderiam fortalecer o turismo brasileiro.

Conclusão: Propostas para uma Reforma Eficaz no Turismo

- Para que o turismo se torne uma ferramenta de crescimento econômico real, é crucial que o governo reavalie o Plano Nacional de Turismo e estabeleça um planejamento condizente com a realidade e o potencial brasileiro. A bancada de senadores da oposição precisa pressionar o governo para:
 - 1. Revisão do Plano Nacional de Turismo:** Realizar uma auditoria completa sobre a efetividade do plano e da meta de 8,1 milhões de turistas, questionando a falta de detalhamento no cumprimento dessa meta.
 - 2. Fortalecimento do Turismo Agroecológico:** Criar e propor emendas que incentivem o ecoturismo e o agroturismo, incluindo subsídios e apoio direto aos pequenos municípios.
 - 3. Campanhas de Marketing Estratégicas e Integração com a Segurança Pública:** Definir uma campanha de marketing internacional robusta, combinada com investimentos em segurança pública, especialmente nas regiões com forte apelo turístico.
 - 4. Integração de ações:** Nas áreas de segurança, educação profissionalizante e saúde, além de adequar a infraestrutura das regiões turísticas com potencial de crescimento. Priorizar essas áreas com investimentos direcionados garante a base necessária para atrair visitantes e proporcionar uma experiência de qualidade.
 - 5. Atração de investimentos privados:** No setor de turismo deve ser realizada, com o objetivo de renovar e ampliar a rede hoteleira e incorporar novos equipamentos turísticos. Isso permitirá que o Brasil ofereça estrutura e conforto alinhados aos padrões internacionais, tornando-se mais atrativo e competitivo no cenário global do turismo.

8 TRABALHO

Sem Apoio Para Revogar Portaria Que Autoriza Trabalho Em Feriados, Governo Prorroga Novamente Sua Vigência

Já são quatro prorrogações da autorização que proíbe acordo direto entre patrões e funcionários para o trabalho em feriados, editada no Governo Bolsonaro.

- O Ministério do Trabalho promulgou a Portaria de nº 3.665/2023, que revoga, para 12 atividades comerciais, a autorização permanente para abertura de estabelecimentos com o uso de mão de obra em feriados sem consulta sindical, concedida em 2021, durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro.



- Anteriormente, era permitido o trabalho em feriados por negociação através de acordo entre o empregado e o empregador, desde que respeitadas as normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Com a revogação da autorização, é necessária a realização de acordo coletivo de trabalho entre entidade sindical laboral e empresas ou legislação que estabeleça regras acerca do tema.
- A nova promulgação tem data prevista para entrada em vigor no dia 01 de janeiro de 2025. Esta já é a 4ª vez que o Governo tenta emplacar o fortalecimento dos sindicatos, após duras críticas pelo setor produtivo e pela oposição ao governo no Congresso Nacional, houve o recuo pelo ministro Luiz Marinho em 3 oportunidades: novembro de 2023, fevereiro e maio de 2024.
- A Consolidação de Leis Trabalhistas - CLT, garante o descanso semanal remunerado de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos. E ainda, prevê o trabalho aos domingos e feriados para serviços essenciais, como hospitais, farmácias, transporte público, entre outros, contando com a previsão de remuneração em dobro.
- Na prática, além da medida ser um obstáculo ao crescimento econômico, também fortalece os sindicatos, reforça a autonomia das entidades sindicais que com a mudança, voltariam a ser os intermediários das negociações, “justificando” o pagamento da Contribuição Assistencial, sabotando a economia e promovendo o retrocesso. Além de deixar de beneficiar os trabalhadores através de distribuição de renda e apresentar insensibilidade junto ao setor comercial.
- Segundo economistas, os setores mais afetados serão o turismo, o comércio e o de organização de eventos, que dependem de feriados para o aumento de renda. Além do que, para suprir a falta de mão de obra nestas datas, seria necessária a contratação de trabalhadores temporários, o que preocupa os empresários, tendo em vista a dificuldade de contratação destes profissionais.
- No Congresso Nacional, os senadores e deputados federais da oposição seguem na tentativa de derrubada da portaria, o Líder da Oposição Rogério Marinho (PL-RN), apresentou em novembro de 2023 o projeto de lei nº 5516/2023, ainda em tramitação, para estabelecer clareza e segurança jurídica na legislação sobre o descanso semanal remunerado e o trabalho em feriados.